Utopia, de Thomas More

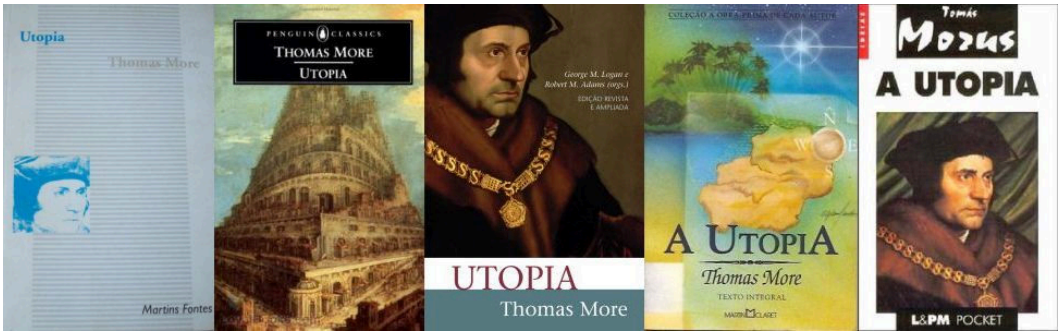
ANTONIO OZAÍ DA SILVA*

Resumo:

"De Optimo Reipublicae Statu deque Nova Insula Utopia" (Sobre o Melhor Estado de uma República que Existe na Nova Ilha Utopia), obra escrita por Thomas More (1478-1535) e publicada em 1516, fixou a palavra ***Utopia*** no vocabulário político e social e consolidou-se como paradigma do gênero literário dos diversos autores utópicos. A obra representa um devaneio escapista da realidade política e social da época do autor ou é a expressão crítica da materialidade histórica? A obra expressa o pensamento do autor sobre as questões políticas e sociais da sua época? Utopia é uma obra clássica que ultrapassa o seu tempo. Em que medida ela permanece atual? Quais são os seus aspectos positivos e negativos? Este artigo tem como objetivo a análise crítica da obra, à luz do tempo presente. Procura, sem a pretensão de esgotar o tema, nem afirmar-se como a única interpretação, responder as questões instigadas pela leitura da obra. E, ao mesmo tempo, contribuir para a reflexão sobre os desafios e dilemas do pensamento utópico na contemporaneidade.

Palavras-chave: Utopia; Thomas More; Inglaterra: Utopismo; Socialismo; Comunismo.

* **ANTONIO OZAI DA SILVA** é professor associado do Departamento de Ciências Sociais, Universidade Estadual de Maringá; Mestre em Ciência Política (PUC-SP); Doutor em Educação (USP); Pós-Graduado em História das Religiões (DHI-UEM).



Imagine um lugar onde não existe fome, miséria ou pobreza; onde todos têm onde morar, acesso à saúde, educação, etc.; um lugar no qual inexiste a propriedade privada, o dinheiro e os frutos do trabalho humano é compartilhado por todos; uma sociedade cujo sistema de produção e distribuição dos recursos e bens materiais é pautado pelo igualitarismo; uma sociedade que tem como princípio a valorização do humano, em detrimento do capital e do lucro. A sociedade, enfim, acalentada pelos sonhos dos primeiros cristão, dos hereges e todos os que intentaram realizar o reino de Deus na materialidade terrena. A sociedade ideal, generosa e acolhedora, humanista e comunista. Eis *Utopia*!

Utopia. derivada do grego *ou* – que tem o sentido de negação – mais a expressão *topos* (lugar), deu origem ao "não lugar", a um "lugar inexistente". Criada pelo por Thomas More, a palavra firmou-se enquanto indicativo ou descrição literária da sociedade perfeita, porém inexistente. Utopia gerou o adjetivo utopista, ou seja, aquele que persegue o inexistente, o sonho idealizado, a fantasia, a quimera, o futuro imprevisível e irrealizável. Também utilizado de forma pejorativa para classificar os que perseguem utopias, idealistas que não se conformam com a realidade.

Thomas More inspira-se em Platão (*República* e *As leis*), Santo Agostinho (*Cidade de Deus*) e nos relatos das viagens ao "novo mundo". Como ressalta Bloch (2006, p. 31-32): "Contos de navegantes fornecem a roupagem mesmo para utopias sociais notórias, como no caso de Thomas Morus; nessa moldura aparece a felicidade, muitos antes que os tempos estivessem maduros para ela...".

Utopia instigou outros autores da literatura utópica, isto é, descrições de sociedades ideais. É um livro "paradigmático do gênero utópico moderno porque lançou as bases sobre as quais muitos dos demais modelos se constituíram", enfatiza Marcos Antônio Lopes (2011, p. 72). A este gênero opõe-se o realismo político de Maquiavel, que, em *O Príncipe*, propôs-se a escrever sobre a "*veritá effettuale della cosa che ala immaginazione di epsa"* ("verdade efetiva da coisa do que à imaginação dessa"). Pois, afirma o florentino, *"molti si sono immaginatti republiche e principati che non si sono mai visti né conosciuti in vero essere"* ("muitos imaginaram repúblicas e principados que nunca foram vistos, nem conhecidos de verdade") (MAQUIAVEL, 2007, p. 152-153). Na teoria política essa trilha foi seguida por autores como Spinoza, o qual também desconsidera os que apenas conceberam "construções quiméricas não realizáveis, salvo no reino da utopia ou naquela poética idade de ouro na qual não eram de fato necessárias" (*apud* BOBBIO, 2000, p. 116).

Organização política e trabalho

A organização política de Utopia é a república. Utopia é administrada por um conselho, eleito pelas cidades:

> "A população é dividida em grupos de 30 famílias; cada um dos quais elege, anualmente, um funcionário denominado sifogrante. (...) Cada cidade tem duzentos sifograntes responsáveis pela eleição do príncipe, o qual é escolhido pelo voto secreto depois de os sifograntes terem feito o juramento solene de eleger o homem que consideram mais qualificado para o cargo" (Ibidem, p. 82).

> "O príncipe conserva o cargo por toda a vida, a menos que se suspeite que o titular deseje instituir uma tirania. Os traníboros são eleitos anualmente, mas em geral não são substituídos. Todos os outros cargos são ocupados somente por um ano" (Ibidem, p. 82-83).

Assim, a república dos utopianos prevê mandatos vitalícios, com a salvaguarda de afastamento em caso de tirania. Os sifograntes, eleitos pelas famílias, tem o poder de depor o príncipe e também os altos oficiais escolhidos entre a casta dos sábios. A república utopiana adota um regime de democracia indireta. Por outro lado, não se identifica espaços políticos para a participação da mulher.

Utopia exalta o trabalho. Considerando-se que a obra foi escrita numa época em que persistia o preconceito contra o trabalho manual, este é um aspecto importante.[1] Em Utopia, praticamente todos trabalham – mas há exceções. Isto faz com que o tempo para produção dos bens necessários à sociedade seja diminuído significativamente – apenas seis horas diárias. O "trabalho" dos sifograntes, sua função principal – e praticamente única – "é cuidar para que ninguém fique entregue ao ócio, e para que todos exerçam com empenho suas respectivas profissões" (Ibidem, p. 85). Constituem, portanto, parte do aparato de controle político-social. Embora os utopianos tenham o cuidado de superar a divisão do trabalho manual e intelectual – o trabalho agrícola é valorizado e todos, desde a mais tenra idade, são envolvidos – há os privilegiados, os que se destacam em atividades intelectuais, reconhecidos pela comunidade, e ficam desobrigados do trabalho:

> "Ali, dentre todos os homens e mulheres fisicamente capazes que vivem nas cidades ou em seus arredores, há quando muito quinhentos que não precisam trabalhar. Estão aí incluídos os sifograntes, os quais, apesar de isentos do trabalho por lei, trabalham voluntariamente para servirem de exemplo aos seus concidadãos. O privilégio também se estende aos que foram para sempre liberados de outros deveres para que possam concentrar-se nos seus estudos, o que é feito por recomendação dos sacerdotes e confirmado por uma eleição secreta dos sifograntes. Se um desses doutores produzir resultados decepcionantes, será mandado de volta para a classe dos operários. Por outro lado, é bastante comum que um operário se dedique com tanto afinco aos estudos durante suas horas de lazer, e deles se tire tão grande proveito, que seja isento do

[1] Como ressaltam os organizadores da obra citada: "Frank e Fritzie Manuel observaram que "a reabilitação por parte de More, da ideia do trabalho físico, foi um marco na história do pensamento utópico, e foi incorporada por todos os sistemas socialistas" (*Utopian Thougt in the Western World* , p. 127). As fontes principais dessa atitude são cristãs; as ordens monásticas, em particular, constituem um paradigma de uma sociedade em que todos são trabalhadores. O monastismo é a única instituição europeia que se diz ser admirada pelos utopianos (p.160). Na teoria e na prática política clássicas, em contraposição, o trabalho manual era normalmente atribuído aos membros das castas inferiores (inclusive, e de modo especial, os escravos) e às mulheres" (*apud* MORE, 1999, p. 73).

> exercício de sua profissão e elevado à classe dos doutores. É nessa classe que se recrutam os diplomatas, os sacerdotes, os traníboros e, sem dúvida, também o príncipe...” (Ibidem, p. 89-90).

Portanto, embora seja minoritária, há uma casta de intelectuais e sacerdotes privilegiada. A sociedade trabalha para mantê-los – confirmando-se, assim, a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual. Os sacerdotes são responsáveis pela doutrinação (educação) das crianças e tem o direito de conceder o privilégio aos doutores, libertando-os da labuta física. O “castigo” para os que não correspondem às expectativas é retornar ao trabalho manual, isto é, à classe dos operários.[2] O que dá a entender que “ser operário” é pertencer a uma classe inferior e ser alçado a uma posição “superior” indica um prêmio. Por outro lado, como os doutores fornecem os “quadros” que constituem o grupo dirigente e os que ocupam altas posições na sociedade, permanece a divisão entre os que trabalham e os que dirigem.

E o que fazem os utopianos no tempo liberto do trabalho? São livres para fazerem o que desejarem? Eles creem que “nenhum prazer é ilegítimo, desde que dele não provenha mal” (p.100). Mas, pautam-se por uma série de cerceamentos que enquadram a vida cotidiana. Seus valores éticos orientam-se por uma “estranha fusão do estoicismo e epicurismo” (*apud* ibidem, p. XXXVIII).[3] Ou seja, são livres e podem gozar plenamente todos os prazeres possíveis, mas “desde que...”. Nas palavras de Thomas More:

> “Durante todo o tempo que lhes resta são livres para fazerem o que acharem melhor, desde que não se entreguem à ociosidade e à satisfação excessiva dos próprios desejos desordenados. (...) A maior parte usa esses períodos livres para aperfeiçoar sua educação, pois existem muitos cursos públicos que tem início antes do nascer do sol. O comparecimento é voluntário, a não ser no caso daqueles que foram destinados a uma formação acadêmica... Contudo, nada impede as pessoas de dedicarem seu tempo livre ao exercício de suas profissões. Muitos o fazem, quase sempre os que não têm o gosto das especulações do espírito e preferem dedicar-se a um trabalho útil à comunidade, que muito os admira por sua atitude abnegada” (Ibidem, p. 86).

As “especulações do espírito” são contrapostas à dedicação “a um trabalho útil”. Ainda que o trabalho intelectual goze de privilégios, observa-se aqui uma crítica sutil ao intelectualismo que nada produz de útil à sociedade. E, simultaneamente, os valores morais dos utopianos concorrem para estimular atitudes que reforçam os laços do indivíduo com o trabalho e a comunidade.

“Em tal sistema, é inevitável que haja abundância de tudo, e, como tudo é dividido igualmente entre a população, é evidente que não existirão mendigos e assaltantes”, escreve More (Ibidem, p. 101). A abundância, a igualdade de acesso aos bens produzidos e a inexistência de mendigos e assaltantes constituem os elementos positivos da sociedade utopiana. Não obstante, para que tenha essas conquistas, os indivíduos aceitam a submissão ao controle social ostensivo.

[2] A propósito, a reeducação pelo trabalho foi adotada pelos regimes ditos comunistas, os quais enviaram os intelectuais aos campos de trabalho forçado para “curá-los” da ideologia burguesa e pequeno-burguesa.

[3] Na interpretação de Ernst Bloch (2006, p.75): “Em passagens da *Utopia* o autor enaltece a renúncia monástica, o prazer no trabalho doloroso, sim, abjeto e antinatural. Apesar dessas inconsequências, predomina o epicurismo.”

Por outro lado, a abolição da propriedade privada realça uma questão fundamental inerente aos projetos utopistas e revolucionários: como instigar os indivíduos a se comprometerem com a produção coletiva? O que fazer com os preguiçosos e aqueles que não se comprometem plenamente, transferindo o ônus de produzir para os demais? Como convencer os recalcitrantes? Estas questões aparecem no diálogo no qual Rafael Hitlodeu defende a extinção da propriedade privada e More responde:

> "Não concordo", respondi. "Não acredito que se chegasse jamais a um padrão de vida razoável sob o sistema de comunidade de bens. Haveria sempre a ameaça da escassez, pois nem todos se predisporiam a trabalhar o suficiente. Sem a perspectiva de lucros, todos se tornariam preguiçosos e transfeririam aos demais o trabalho que caberia a eles realizar. Depois, quando a escassez se tornasse insuportável, teríamos como consequência inevitável toda uma sucessão de distúrbios e assassinatos, uma vez que ninguém teria como proteger o produto do seu próprio trabalho – principalmente tendo em vista que não haveria respeito pela autoridade, o que, numa sociedade sem classes, parece-me coisa muito difícil de existir" (Ibidem, p. 67-68).

Não deixa de ser paradoxal que o autor de uma obra que faz o elogio ao comunismo teça argumentos favoráveis à propriedade privada. A garantia dos bens necessários aos habitantes de Utopia também resulta do planejamento econômico. Dessa forma, More antecipa um dos fundamentos das sociedades que enveredaram pelo caminho da construção socialista no século XX. Nestas, a planificação da economia objetiva superar a anarquia da produção capitalista, cuja mola é a busca incessante de lucro - e não a satisfação das necessidades humanas. Em Utopia, "uma vez por ano, cada cidade manda três representantes ao Conselho de Amaurot. Ali, eles se informam sobre a produção do ano, e assim que fica claro quais produtos existem em abundância numa determinada região, e quais estão em falta, providenciam uma série de transferências para uniformizar a distribuição" (Ibidem, p. 101).

A organização social

Utopia organiza-se territorialmente a partir de um rígido controle populacional:

> "Cada cidade comporta seis mil famílias, sem contar as que vivem no campo, e, para que esse número não aumente ou diminua, uma lei determina que nenhum família pode ter menos de dez ou mais de dezesseis adultos. Eles não procuram, evidentemente, controlar o número de crianças das famílias. Para assegurar o bom funcionamento, os membros excedentes são mandados para as famílias menos numerosas. Se houver superpovoamento numa cidade, o excedente populacional será transferido para uma cidade menos povoada. E, se a ilha inteira ficar superpovoada, um certo número de pessoas é escolhido em cada cidade, e a elas caberá fundar uma nova colônia no ponto mais próximo do continente, onde existe uma grande área ainda não cultivada pelos habitantes locais, mas permite-se que os nativos venham juntar-se a eles, caso assim o desejem" (Ibidem, p. 93).

"More sem dúvida seguia as orientações de Aristóteles sobre o tamanho ideal, isto é, humano, das cidades", observa Teixeira Coelho (1980, p. 94). O controle populacional pressupõe o direito de colonizar, ainda que sob a resistência dos nativos. Espera-se que

aceitem a dominação dos uopianos e acatem suas leis e costumes. E se recusarem?

> "Mas se os nativos não se conformam às leis de Utopia, são expulsos da região que se pretende colonizar. Se resistem, os utopianos declaram guerra, pois consideram-na perfeitamente justificável sempre que um país nega a outro o direito natural de extrair alimentos de um solo que os proprietários originais deixam em desuso, conservando-o apenas como uma propriedade inútil" (MORE, 1999, p. 93-94).

Na sociedade utopiana prevalece a tendência à uniformidade, fundamentada em valores que recusam o luxo e o artificial: "Não existem alfaiates ou costureiros, já que todos os habitantes da ilha utilizam o mesmo tipo de roupa, que só deixa de ser invariável no caso de pequenos detalhes que distinguem homens e mulheres, solteiros e casados. Nunca são introduzidas novas modas" (Ibidem, 84-85). Os "pequenos detalhes" demarcam fronteiras e afirmam diferenças relações de poder consideradas "naturais".

Utopia e gênero

Observada as circunstâncias históricas da sua publicação e levando-se em consideração que todo autor mantém vínculos sociais e culturais com o seu tempo, poderia ser acusada de anacronismo a crítica fundamentada pelo olhar do presente – também este determinado por sua época. Não obstante, Utopia reafirma o poder masculino e geracional – ou seja, patriarcal. Este aspecto, se analisarmos a história moderna das "utopias realistas", é renitente. Ou seja, apesar dos esforços e das energias revolucionárias despendidas na construção de uma nova ordem social, persiste a desigualdade de gênero.

Em Utopia, quando a jovem se casa, passa a morar com a família do marido; os homens, filhos e netos, também permanecem na casa paterna, a qual é chefiada pelo membro mais idoso da família. A mulher é subordinada ao marido, os filhos aos pais e os jovens aos mais velhos. O modelo de família utopiano consagra o patriarcado: as mulheres devem obediência aos pais, ao marido ou ao homem mais velho. Antes de se dirigir ao templo,

> "as mulheres se ajoelham aos pés dos maridos e as crianças se prostram aos pés dos pais, confessando todos os pecados que tenham cometido tanto por omissão quanto pela prática de atos condenáveis e pedindo para serem perdoados. Isso desfaz todos os pequenos ressentimentos que poderiam perturbar a atmosfera do lar, e todos podem então dirigir-se aos templos com o espírito totalmente purificado" (Ibidem, p. 174).

Até parece que pais e maridos não pecam! A organização do culto mantém a mesma ordem hierárquica sexual e geracional:

> "Quando entram na igreja, os homens vão para o lado direito e as mulheres para o esquerdo. A distribuição é feita de tal modo que os homens de cada família fiquem diante de seu respectivo chefe, e as mulheres diante de sua mãe. Assim se garante que o comportamento público de todos seja observado pelos que são responsáveis pela disciplina em casa. Também aqui os utopianos colocam os jovens ao lado dos mais velhos, pois, se as crianças ficarem entregues a si próprias, é muito provável que se ponham a brincar em vez de deixar-se impregnar do temor e da reverência diante da religião, o mais forte, se não o único estímulo a um comportamento

> virtuoso no futuro" (Ibidem, p. 175).

Dessa forma, reforça-se o poder masculino e dos mais velhos. Observa-se o mesmo tipo de estrutura hierárquica nas refeições comuns:

> "O lugar de honra fica no centro de uma mesa mais alta que as outras; essa mesa fica na extremidade do salão e dela se tem uma visão geral do refeitório e de todos os presentes. É a ela que se sentam o sifogrante e sua mulher, junto com dois dos mais velhos residentes. A todas as mesas sentam-se quatro pessoas. Se houver um templo na sifograntia, o sacerdote e sua esposa tem precedência e substituem os anciões junto ao sifogrante. De cada um dos lados dessa mesa sentam-se quatro jovens, depois quatro velhos, um padrão que vai repetir-se por todo o refeitório. (...) O objetivo de tal procedimento, segundo ouvi dizer, é fazer com que o respeito pela geração mais velha desestimule o comportamento dos mais jovens, já que tudo o que dizem ou fazem vai ser percebido pelos que estão sentados ao seu lado" (Ibidem, p. 98).

A própria organização espacial revela relações de poder hierárquicas apresentadas como "naturais" – ou de forma "natural" – enquanto elemento educativo, doutrinador e controlador das novas gerações. As pessoas preferem comer nos restaurantes públicos, embora nenhum lei as proíbam de fazer suas refeições em casa. Mas isto "não é um gesto visto com bons olhos" (Ibidem, p. 97). Os costumes - e valores - cumprem papéis coercitivos. O olhar vigilante está sempre presente, como também os rituais de doutrinação. "Os almoços e jantares começam pela leitura de algum texto edificante, mas este não se alonga muito para não se tornar enfadonho" (Ibidem, p. 99).

O controle sobre os corpos e a sexualidade é outro aspecto que reforça a dominação masculina. Leis e costumes determinam a idade do casamento, a proibição de atividade sexual antes do matrimônio - embora seja permitido que os noivos se vejam nus antes de casarem. A não observância das leis incidem em penalidades, inclusive para os pais dos noivos:

> "As mulheres só podem casar-se depois dos dezoito anos, e os homens depois dos vinte e dois. Os jovens de ambos os sexos que forem acusados de ter mantido relações sexuais pré-nupciais serão duramente castigados, e ficarão para sempre desqualificados para o casamento, a menos que sua condenação seja suspensa pelo príncipe. O pai e a mãe em cuja casa o ato ilegal foi praticado serão também lançados em desgraça, pois se considera que não deram a devida atenção ao seu papel de educadores" (Ibidem, p. 135).

Ou seja,

> "trata-se de um povo que observa a mais rigorosa monogamia. Os casamentos só podem ser dissolvidos pela morte, a não ser nos casos de adultério[4] ou de comportamento intolerável por parte de um dos cônjuges. Sendo essas as circunstâncias que aconselham uma separação, a parte inocente pode pedir ao Conselho permissão para casar-se com outra pessoa, e o culpado cai em desgraça, ficando condenado ao celibato pelo resto da vida" (Ibidem, p. 137).

A família é monogâmica. Mas, sob certas condições, admite-se o divórcio. O adultério é severamente punido. Os envolvidos, além da punição celibatária

[4] "Embora a Igreja, na época de More, permitisse a separação em caso de adultério, não permitia que a parte lesada casasse novamente" (*apud* MORE, 1999, p. 137).

prevista, estão sujeitos à escravidão. Nas palavras de Thomas More:

> "Os adúlteros são punidos com o pior tipo de escravidão. Se os dois transgressores eram casados, as partes ultrajadas podem, caso o desejem, obter o divórcio e casar-se entre si ou com quem seja do seu agrado. Mas, se continuarem a amar os seus companheiros indignos, podem continuar com eles desde que também compartilhem de seu trabalho forçado. Nesses casos, muitas vezes o príncipe se deixa comover pelo remorso dos culpados e pela lealdade dos inocentes, e então concede-lhes novamente a liberdade. Mas, se houver reincidência, o castigo será a pena de morte" (Ibidem, p. 138).

Talvez surpreenda que uma sociedade que se pretenda igualitária seja tão conservadora em relação aos costumes e à moral. Contudo, este é um aspecto recorrente nas utopias literárias e "reais". O poder concedido à autoridade determina os destinos dos indivíduos. Esta autoridade, o "príncipe", está imbuída do mandato coletivo, legitimada pela comunidade. De fato, trata-se de um sistema hierárquico que co-responsabiliza e empodera os homens em detrimento das mulheres, e os mais velhos em detrimento dos mais jovens:

> "Os maridos são responsáveis pela punição das esposas, e os pais pela punição dos filhos, a menos que o delito seja tão grave que, no interesse da moralidade pública, exija a intervenção das autoridades. A pena normalmente aplicada a um crime grave é a escravidão. Para os utopianos, trata-se de um castigo tão terrível quanto a pena de morte, e muito mais útil para a sociedade do que a eliminação física dos criminosos, pois um trabalhador vivo muito mais do que um cadáver, além do que a escravidão tem um efeito muito mais prolongado enquanto meio de intimidação. Contudo, se os condenados se rebelam e não aceitam nenhuma forma de disciplina, são mortos como animais selvagens, a quem nem grades nem grilhões são capazes de domesticar" (Ibidem, p. 138-139).

Tolerância e intolerância religiosa

A diversidade de manifestações religiosas em Utopia transmite a ideia de tolerância religiosa. "Existem várias formas de religião em Utopia, e, na verdade, elas variam até mesmo de cidade para cidade. Há os que veneram o Sol, os que veneram a Lua, e até mesmo os que veneram o planeta", afirma More (Ibidem, p. 159). Considerando-se a época em que a obra foi escrita, uma era cismática, de guerras e intolerância religiosa mútuas, as relações dos utopianos no campo religioso expressam um avanço importante no sentido da superação dos ódios mútuos e da possibilidade de convivência entre as diversas manifestações de fé. Como ressalta Mauro Brandão Lopes no prefácio a uma das inúmeras edições de *Utopia*:

> "A situação religiosa de Utopia é a situação religiosa da Renascença, exceto por uma diferença: a tolerância e a paz de uma em contraste com a intolerância e perseguição prevalecente na outra. Em Utopia, uma de suas antigas leis assegura que ninguém será molestado por sua religião. (...) Na Europa do século XVI, a intolerância é a regra, e cada grupo religioso se arroga orgulhosamente o monopólio da verdade e o direito de expor os seus dogmas" (*in* MORUS, s.d., p. 19-20).

Utopia contrasta com o predomínio da intolerância religiosa na realidade social e política europeia. Não obstante, uma

análise mais cuidadosa revela os limites da tolerância religiosa na sociedade imaginada por Thomas More. Primeiro, a pluralidade de crenças religiosas convergem para a crença monoteísta. A maioria dos utopianos, "e os mais sábios dentre eles, creem na existência de um único poder divino, desconhecido, eterno, infinito, inexplicável e muito além da capacidade de compreensão humana", escreve Thomas More (1999, p. 159-160). Não obstante a diversidade religiosa, "todos concordam que existe um Ser Supremo, criador e senhor do universo, e a Ele se referem como Mitra". Assim, os utopianos tendem a abandonar suas "crendices e superstições, e a adotar aquela que parece ser a mais racional dentre as religiões" (Ibidem, p. 160).

Em Utopia há o elogio do cristianismo concomitantemente e a crítica ao fanatismo. Assim, ao ouvirem falar de Jesus Cristo, "Sua doutrina, Sua vida, Seus milagres, e a não menos milagrosa devoção de todos os mártires que, ao derramarem voluntariamente o seu sangue, converteram tantos países à fé cristã", muitos dos utopianos converteram-se (Ibidem, p. 160-161). O autor relata que um dos convertidos:

> "Inflamou-se de tal modo que, não se contentando em apregoar a superioridade da nossa religião, passou a condenar todas as outras. Gritava a plenos pulmões que não passavam de degradantes superstições, e que todos os seus adeptos eram monstros sacrílegos que iriam consumir-se por toda a eternidade no fogo do inferno. Depois de assim vociferar por algum tempo, foi preso, não sob a acusação de blasfêmia, mas sim de perturbação da ordem pública e instigação ao tumulto. terminou condenado ao exílio, pois um dos mais antigos princípios leis que regem Utopia é a tolerância religiosa" (Ibidem, p. 162).

Em Utopia admite-se a liberdade de praticar a religião adotada e de tentar converter os demais. Contudo, desde que pela "argumentação racional, com polidez e serenidade". A recusa à conversão deve ser respeitada. Neste sentido, rejeita-se o recurso aos meios violentos e afrontas pessoais. "O castigo para os muito exaltados e agressivos nas controvérsias religiosas era o exílio ou a escravidão" (Ibidem, p. 162-163). Ao estabelecer estes preceitos, Utopos, o fundador de Utopia, "estava plenamente convencido de que era loucura e arrogância intimidar as pessoas e forçá-las a aceitar doutrinas às quais não acreditavam" (Ibidem, p. 163).

Segundo, a tolerância religiosa não inclui os incrédulos. Aqueles que não aceitam a doutrina da imortalidade da alma, que o universo é regido pela Providência divina e que há castigos e recompensas no *post-mortem* são severamente condenados:

> "Todo homem que pensa diferentemente é visto por eles como um ser inferior, alguém que degradou sua alma imortal e nivelou-se à condição de um mero corpo animal. E acima de tudo, tal indivíduo jamais será visto como cidadão de Utopia. (...) Portanto, os que aceitam essa doutrina são proibidos de receber qualquer honraria, do mesmo modo que jamais o indicam para um cargo importante no governo. Na verdade, essas pessoas são vistas por todos como profundamente desprezíveis. Não recebem, porém, nenhum tipo de punição, pois acham os utopianos que a crença não pode ser dirigida só por um ato de vontade" (Ibidem, p. 164).

Quem recusa a doutrina religiosa perde a qualidade de cidadão, é considerado um ser desprezível. Ainda assim, o autor afirma não haver punição. Thomas More relativiza e se contradiz. Aliás,

neste aspecto ele antecipa John Locke, cuja defesa da tolerância religiosa exclui os ateus, tratados de maneira intolerante. Em Utopia, os ateus são proibidos de defender as suas ideias em público e são tidos como loucos. Por isso, permite-se que exponham seus argumentos aos "sacerdotes e outras personalidades sérias", pela simples razão de que "todos estão convencidos de que esse tipo de loucura acabará cedendo à razão" (Ibidem, p. 165).

Terceiro, a vida do autor contradiz veementemente a sua obra. A tolerância religiosa presente em Utopia, a despeito das limitações, contrasta com a intolerância de Thomas More diante das controvérsias religiosas e políticas do seu tempo:

> "No *Diálogo sobre as heresias*, ele escreve que "se ora houvesse dúvida e incerteza quanto ao fato de que a igreja de Cristo estar ou não seguindo a reta doutrina, seria então muito necessário dar ouvidos a todos aqueles que se dispusessem a atacar ou defender qualquer uma das posições, a fim de quem se estivéssemos no caminho errado, pudéssemos deixá-lo para trilhar um melhor" (*CW*, VI, 345-6). Em Utopia, onde não chegou a Revelação cristã, convêm ter um alto grau de tolerância religiosa; na Inglaterra, segundo a opinião de More, o fato de a "reta doutrina" estar firmemente estabelecida justificava que se calassem as vozes dissidentes" (*apud* ibidem p. 163).

Thomas More combateu o luteranismo e se manteve fiel ao catolicismo, ainda que propugnasse a renovação deste tendo como fundamento o Novo Testamento e defendesse a superação do fanatismo e das superstições. Na tormenta dos embates religiosos de sua época ele foi inflexível no combate aos hereges:

> "Quando, em 1514, o processo de Richard Hunne dividiu violentamente a opinião pública de Londres, More se declarou claramente pela hierarquia religiosa, contra a qual se voltava o sentimento popular. Hunne era, para ele, um herético perigoso, que lia o Evangelho em inglês e estudava obras de Wycliffe. O caso Hunne o apaixonou tanto que More o analisou de novo, em 1528, quando no seu DIALOGUE CONCERNING HERESIES rediscutiu longamente toda a controvertida questão. Tão enfática era a sua posição a respeito que, no seu epitáfio, pouco antes de sua morte, se descreveu More a si mesmo como "não odioso à nobreza, nem desagradável ao povo, mas temido pelos ladrões, assassinos e heréticos". Neste ponto, revelou-se More tão intolerante quanto os que mais o foram, de um lado e de outro, durante o período turbulento de que resultou o grande cisma da Reforma" (*apud* MORUS, s.d., p. 18).

Paradoxos e imperfeições humanas

Apesar de Thomas More intitular a sua obra como "Sobre a Melhor Constituição de uma República e a Nova Ilha de Utopia", a sociedade modelo proposta é uma república imperfeita. De fato, Utopia apresenta aspectos paradoxais. Na análise de George M. Logan e Robert M. Adams:

> "A república é surpreendentemente igualitária. Por outro lado, a liberdade pessoal é tolhida de diversos modos. O debate político fora do senado ou da assembleia popular constitui crime punível com a morte, o cidadão precisa obter dos magistrados locais permissão para viajar, e, até mesmo para dar um passeio no campo, precisa do consentimento do cônjuge e do pai. Em geral, se Utopia prefigura em

> muitos aspectos as democracias da nossa época, nas quais o bem-estar das populações é uma das atribuições do Estado, as minuciosas coerções impostas a seus cidadãos também nos fazem lembrar, amiúde, dos modernos regimes totalitários" (*in* MORE, 1999, p. XIV).

Em caso de desobediência, há punições. Se um utopiano em viagem, por exemplo, é apanhado sem a carta de autorização[5], é enviado de volta à casa, onde é "severamente castigado como fugitivo. Em caso de reincidência, o castigo é a escravidão" (MORE: 1999, p. 101). A restrição da liberdade de ir-e-vir é recorrente, inclusive nas "utopias realistas".[6] Por outro lado, o controle social é eficiente, de todos sobre cada indivíduo. Como escreve More: "Todos estão sob o olhar vigilante dos demais, o que praticamente força o indivíduo a realizar bem o seu trabalho e a não desperdiçar o tempo livre de que dispõe (Ibidem). O controle social não se dá apenas pela ameaça de punição, mas também pela possibilidade de recompensas que incentivam "o bom comportamento na forma de honrarias públicas. Nas praças públicas, erguem estátuas a todos que se distinguiram pela prestação de serviços à comunidade" (Ibidem, p. 140). O "olhar vigilante" ao qual More faz referência, antecipa o *Big Brother* de George Orwell, em 1984.

Utopia não abre mão de diversos mecanismos de controle social fundamentados nos costumes. Com efeito, a coerção social sobre o indivíduo, numa sociedade que enaltece o "coletivismo", tende a acentuar o controle sobre o indivíduo. Por outro lado, a ética humanista do autor, expressada nas virtudes dos utopianos, contradiz a política expansionista e colonialista – o que nos faz lembrar a Inglaterra. Embora detestem a guerra e façam todos os esforços para evitá-la, estão dispostos a guerrear e a adotar os meios necessários, ainda que eticamente questionáveis:

> "Mas há muitas razões que os levam a guerrear – dentre elas, a conquista de territórios para colonização, sempre que a população de Utopia ultrapassar o limite numérico ideal. Além disso, algumas de suas táticas militares são de valor moral duvidoso. Oferecem recompensas para o assassínio de governantes inimigos; empregam, tanto quanto possível, mercenários que lutem em seu lugar, e seus mercenários prediletos são os ferozes zapoletas, cuja utilização não se concilia muito bem com o objetivo de minimizar os efeitos devastadores da guerra. E apesar da compaixão que sentem pelos cidadãos comuns das nações inimigas, os utopianos escravizam os prisioneiros capturados em guerras nas quais lutaram com as próprias forças" (in MORE, 1999, p. XXXVII).

Eis outra contradição: a sociedade eticamente superior adota a escravidão, ainda que procure justificar e argumente que os escravos são tratados "humanamente".[7] São eles que fazem o

[5] "Quando um deles desejar visitar um amigo que mora em outra cidade, ou quer apenas conhecer um lugar diferente, a permissão para tanto é facilmente concedida pelos sifograntes e traníboros, a menos que a presença da pessoa na cidade onde mora seja imprescindível para a comunidade. Não existem viajantes solitários: as viagens são feitas em grupos, e todos recebem uma carta na qual o príncipe autoriza a partida e determina o dia do retorno" (MORE, 1999, p. 100).

[6] Denomino de "utopias realistas" as tentativas de construção de sociedades alternativas, isto é, o "socialismo real" e as experiências auto-denominadas "comunistas" no século XX. Lembremos, por exemplo, do *Muro de Berlim.*

[7] "Os utopianos só submetem à escravidão os prisioneiros capturados em guerra nas quais os próprios habitantes de Utopia saíram para lutar. Os filhos de escravos não nascem submetidos a tais condições, e nem os utopianos compram

trabalho recusado pelos utopianos – inclusive aquele que se chocam com os valores éticos, por exemplo, abater animais: "O abate do gado e a limpeza das carcaças são feitos pelos escravos. Os utopianos não permitem que os cidadãos trabalhem no abate dos animais, pois pensam que isso os levaria a perder a compaixão, o sentimento mais digno da natureza humana " (Ibidem, 95). Nos refeitórios comuns, utilizados por toda a comunidade, "são os escravos que fazem todo o trabalho mais duro e menos limpo" (Ibidem, p. 97).

Há compaixão pelos animais, mas seres humanos são escravizados e utilizados no trabalho que os utopianos consideram moralmente recusável. Não deixa de ser sintomático que uma sociedade que rejeita matar e manusear sangue animal, não vacile em guerrear e escravizar os prisioneiros. A admissão de trabalho escravo, da guerra e do expansionismo colonial – em nome do pretenso direito natural – é uma contradição numa sociedade se pretende igualitária.

Thomas More, por volta do início do século XVI, realizou uma série de palestras nas quais comentou a obra Cidade de Deus, de Santo Agostinho. A exemplo deste autor, More compartilhava a convicção de que as sociedades humanas, dada à natureza do humano, não poderiam escapar às limitações determinadas pela imperfeição do homem e da mulher. "Pois as coisas jamais serão perfeitas enquanto os homens não atingirem a perfeição – o que, com certeza, está ainda muito longe de acontecer" (Ibidem, p. 62). Daí o complexo sistema opressivo fundado em leis e costumes (formas de doutrinação sedimentadas no cotidiano). A liberdade poderia ameaçar a estabilidade e segurança da república utopiana. A sociedade perfeita exige seres humanos perfeitos. Eis o paradoxo das utopias: sua matéria prima é imperfeita, mas ela se fundamenta na exigência da perfeição. A crença de que o ser humano tende à perfectibilidade, que basta retirar as barreiras econômicas para consolidá-la, é compartilhada pelos utopistas.

Entretanto, é necessário ressaltar que esta interpretação não é consensual. Muitos viram - e veem - Utopia de uma maneira na qual tais aspectos são considerados positivos. Ernst Bloch, por exemplo, malgrado as críticas às limitações de Utopia, avalia que: "Diferentemente de todos os sonhos coletivistas anteriores do Estado ideal, em Thomas Morus a liberdade está inscrita no coletivo e a democracia autêntica, concreta, humana torna-se conteúdo. Este conteúdo faz da Utopia, em seções substanciais, uma espécie de obra liberal de memória e reflexão do socialismo e comunismo" (BLOCH, 2006, p. 74). O tom elogioso não o impede de observar as limitações do autor e da sua obra:

> "... o Thomas Morus que pleiteia na *Utopia* os resultados de uma revolução social não é aquele que, poucos anos depois, quando eclodiu essa revolução na Alemanha, defendeu o Estado existente, o reinado, o clero, em suma, a verdadeira, fortaleza da propriedade que faltava em *Utopia*. E a causa pela qual o mártir acabou morrendo não foi a tolerância social ou mesmo religiosa. Morreu um fiel adepto da Igreja papal e sua memória foi preservada para o catolicismo apenas nessa forma. A isso se agregam contradições na própria obra, principalmente na sua

escravos nos mercados de outros países. A escravidão é um castigo imposto aos utopianos acusados de crimes, ou aos estrangeiros condenados à morte. Estes últimos são em maior número, às vezes comprados a um preço muito baixo; muitos deles, porém, são oferecidos de graça" (Ibidem, p. 132-133).

> segunda parte. Dissonâncias não apenas entre o tom de uma fábula de origem cortês e o comunismo, mas entre humanitarismo e indiferença, entre paraíso social e o velho mundo de classes. A primeira explica a criminalidade por razões econômicas e demanda, portanto, um tratamento digno para os prisioneiros. A segunda parte traz, no seio da *Utopia*, delinquentes escravizados que, acorrentados, têm de prestar trabalhos forçados. Impressão de inconsequência análoga é causada pelo sistema bélico e o desejo de anexação por parte dos utopianos" (Ibidem, 2006, p. 73).

Utopia: expressão e crítica da realidade

"Em sua *Utopia*, Thomas Morus fala de um país singular onde "as ovelhas devoram os seres humanos", nota Karl Marx (1985, p. 265).[8] De fato, esta metáfora resume bem as tensões sociais causadas pelo *cercamento*. A indústria têxtil inglesa necessita de mais e mais lãs. A criação de carneiros torna-se um negócio muito lucrativo. É necessário cercar o acesso às terras comuns, utilizadas por todos desde tempos imemoriais. A consequência é a expulsão de camponeses e pequenos proprietários rurais, reduzidos à miséria e forçados a migrar para as cidades. É desta realidade social que trata o Livro I, marcado "por uma força apaixonada, manifestando em todas as suas partes uma indignação moral contra o *status quo*" (*in* MORE, 1999, p. XXVI).

O pensamento utópico não é mero devaneio de mentes racionalistas e intelectuais com tempo livre para arquitetar cidades e países imaginários. Ainda que concebidos por indivíduos, as utopias partem da realidade histórica e social do autores e, em certo sentido, expressam o tempo histórico em que são pensadas e escritas, bem como a crítica à materialidade social, política, ecônomica e cultural de suas épocas - embora o irreal e a imaginação criativa e um certo saudosismo em relação a um passado perdido, uma hipotética *idade de ouro*, também sejam aspectos que compõem as utopias.

Thomas More reage ao seu tempo, aos males econômicos, políticos e sociais que atingem a Inglaterra. Sua Utopia tem um caráter social, mas direciona-se para um passado ideal ou idealizado, uma sociedade agrícola estável. De qualquer forma, uns veem-no como o arauto do socialismo moderno. "Malgrado todas as suas impurezas, a Utopia é e continua sendo o primeiro retrato mais recente de sonhos de ideais democrático-comunistas", escreve Bloch (2006, p. 74). Neste sentido, Utopia aponta para o futuro, o *vir-a-ser,* o ainda não realizado no plano terreno. Na avaliação de Bloch: "A Utopia foi em grande medida projetada para dentro do não-realizado na terra, da tendência da liberdade humana – como um mínimo de trabalho e Estado, como um máximo de alegria" (Ibidem, p. 77).

Utopia refere-se não apenas a um "não-lugar", mas também à realidade sócio-política da Inglaterra na época do autor, bem como à experiência pessoal e profissional de Thomas More enquanto advogado célebre, membro do parlamento e do Conselho Privado, Chanceler de Henrique VIII. More foi um homem vinculado ao poder e vítima deste (condenado à morte e decapitado em 06 de junho de 1835, após recusar-se a aderir à Igreja Anglicana e manter-se fiel á Igreja Católica).

Ainda que a biografia influencie a obra, não há correspondência automática. É preciso diferenciar obra e autor. Como

[8] Nas palavras de Thomas More (1999, p. 31): "Essas plácidas criaturas [os carneiros] que antes exigiam tão pouco alimento, mas que agora, aparentemente, se transformaram em devoradores de homens. Campos, casas, cidades, tudo lhes desce pelas gargantas".

observado acima, em muitos aspectos Thomas More distancia-se da Utopia que criou. No final da obra declara:

> "Enquanto Rafael nos contava todas essas coisas, formulei para mim uma série de objeções. Em muitos casos, as leis e costumes daquele país pareceram-me inteiramente ridículos. (...) havia o grande absurdo no qual se fundamentava toda . a sua sociedade, a comunhão de bens aliada à exclusão do dinheiro. Ora, isto significaria o fim da nobreza, da dignidade, do esplendor e da majestade que, aos olhos do mundo, constituem as verdadeiras glórias de qualquer nação" (MORE, 1999, p. 184).

Estas palavras talvez expressem o recurso à sátira, amplamente utilizado pelo autor no decorrer da sua exposição. Neste sentido, o elogio à nobreza e a tudo o que ela representa e, ao mesmo tempo, a ridicularização de Utopia, seria uma forma de afirmar esta. Contudo, a apresentação de Utopia, e a aprovação das suas leis e costumes, é feita Rafael Hitlodeu. De qualquer forma, permanece a questão: por que autor e obra dissociam-se? Como observam George M. Logan e Robert M. Adams:

> "É fácil compreender que um escritor possa querer criar uma descrição fictícia de uma republica ideal, ou uma sátira de uma má república. Mas qual o porquê de criar uma república em parte boa e em parte má? Segunda: o que as discussões do Livro I tem a ver com a descrição de Utopia no Livro II, e com o tema da melhor constituição de uma república? Terceira: como devemos entender o fato de More representar-se em desacordo com muito do que é dito por Hitlodeu – e o de que, ao apimentar o livro com gracejos e anedotas, ele parece mesmo negar a sua seriedade?" (*in* ibidem, p. XV).

Talvez a postura de Thomas More seja coerente com a sua biografia. A interpretação de Jean-Christian Petitfils se aproxima deste entendimento, ao mesmo tempo que diverge das análises marxistas simpáticas ao autor de Utopia. Segundo Petitfils (s.d., p. 18):

> "Essa crítica virulenta ao capitalismo agrário de sua época explica o interesse que os marxistas manifestam em relação a More, que consideram, talvez um pouco apressadamente, como um de seus precursores. More, com efeito, não acredita nas revoluções como remédio político, pois as consequências que acarretam sempre lhe parecem piores que o mal que deveriam curar. More também não tem esperança numa série de reformas que poderiam realizar, com uma generosidade próxima do espírito de sacrifício, o rei e os senhores da Inglaterra. Assim, sem o poder de modificar o mundo, ele se refugia no irreal."

Talvez a crítica seja demasiadamente contundente. Seja como for, é sintomático que o autor de Utopia, após lançar seu descrédito sobre a mesma, chegando a ridicularizá-la, conclua sua obra com as seguintes palavras: "Mas devo confessar que são muitas as características da República Utopiana que eu desejaria, posto que não espere, ver implantada em nossas sociedades" (MORE, 1999, p. 185). Por outro lado, o mesmo autor que elabora a crítica, assinala que:

> "Ninguém negaria, hoje, que *Utopia* constitui uma etapa importante na história do pré-socialismo. Ela não se pode reduzir, como quiseram alguns autores, a um simples divertimento de um letrado. A obra de More tem um lugar entre as utopias críticas que visam despertar a consciência quanto às injustiças do mundo. A divagação

> romanesca em torno de uma cidade de "parte alguma" permite ao autor atacar, com violência, a Inglaterra de sua época, sua sociedade mercantil dominada pela atração do lucro, sua aristocracia improdutiva, bem como o fanatismo religioso de seus contemporâneos" (PETITFILS, s.d., p. 20).

Algumas considerações...

Utopia expressa a realidade histórica na qual seu autor estava inserido, e, ao mesmo tempo, a crítica desta realidade. Ainda que identifiquemos um descolamento entre obra e autor, ele tece argumentos que permanecem atuais. Utopia antecipa aspectos positivos de uma sociedade igualitária, prognostica a "nova sociedade", o "devir". Está inserida no "princípio da esperança" afirmado por Ernst Bloch.

A esperança é tão antiga quanto o gênero humano e pode ser encontrada até mesmo nos preceitos do Antigo Testamento. Paradoxalmente, utopias prometem o "paraíso", mas embutem aspectos sombrios que ameaçam transformar os mais belos sonhos em pesadelos, e o céu em inferno. Neste sentido, é sintomático que a república de Utopia seja imperfeita, como imperfeitos são os seus construtores, os seres humanos. Não por acaso, seu interlocutor chama-se Hitlodeu, palavra composta de origem grega que significa "especialista em disparates".

Utopia antecipa os sonhos e delírios comunistas do século XX. Seu autor foi reverenciado pelos revolucionários e arquitetos de utopias, incluído no panteão da revolução russa, cujos líderes erigiram uma estátua em sua homenagem – apesar dos aspectos religiosos da obra. Ao mesmo tempo, aponta limites também presentes nas experiências de materialização da utopia: as restrições à liberdade individual, a tensão sempre presente entre o coletivo e o indivíduo, com a consequente restrição às liberdades individuais – como o direito de ir-e-vir –, a limitação da liberdade de expressão política.[9] Utopia antecipa em séculos os problemas verificados nas sociedades alternativas ao capitalismo. Sua maior realização é escancarar a imperfeição humana.

Referências

BLOCH, Ernst. **O princípio da esperança**. Rio de Janeiro: EdUERJ: Contraponto, 2006.

BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política**: a filosofia política e as lições dos clássicos; organizado por Michelangelo Bovero; tradução Daniela Beccaccia Versiani. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

COELHO, Teixeira. **O que é Utopia**. In: FERNANDES, Florestan. O que é Revolução; COELHO, Teixeira. O que é Utopia; COSTA, Caio Tulio. O que é Anarquismo. São Paulo: Círculo do Livro, 1993 [Primeiros Passos, vol. 3).

LOPES, Marcos Antônio; MOSCATELI, Renato. (Orgs.) **Histórias de países imaginários**: variedades dos lugares utópicos. Londrina: Eduel, 2011.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**; Organização e tradução de José Antônio Martins. São Paulo: Hedra, 2007 [Edição Bilíngue].

MARX, Karl. **O Capital -** Crítica da Economia Política. São Paulo: Nova Cultural, 1985. [Os Economistas, Tomo 2].

MORE, Thomas. ***Utopia***. Organização George M. Logan, Robert M. Adams; tradução Jefferson Luiz Camargo, Marcelo Brandão Cipolla – 2ª. Ed. – São Paulo: Martins Fontes, 1999.

[9] "Uma lei proíbe que as questões de interesse público sejam discutidas durante menos de três dias, sendo crime de morte deliberar sobre esses assuntos fora do Conselho ou da Assembleia. Aparentemente, isso é feito para impedir que o príncipe e os tranïboros conspirem para ignorar os desejos da população e alterar a Constituição. Pela mesma razão, as questões mais importantes são encaminhadas à Assembleia dos sifograntes, que as explicam às famílias, refletem sobre elas entre si e depois apresentam suas conclusões ao Conselho. Algumas questões mais complexas podem ser submetidas ao Conselho geral da ilha" (MORE: 1999, p. 83).

MORUS, Thomas. **A Utopia**; prefácio do Prof. Mauro Brandão Lopes; tradução de Luís de Andrade. Rio de Janeiro: Ediouro, s.d.

PETITFILS, Jean-Christian. **Os socialismos utópicos**. São Paulo: Círculo do Livro, s.d.